

A16510

ECONOMIA

União cobra taxa atrasada

A taxa de marinha que não foi cobrada no ano passado terá de ser paga por 36.438 moradores a partir de abril

Os moradores de Vitória já podem começar a re-fazer suas contas e disponibilizar um dinheiro a mais para o pagamento da taxa de marinha, que não foi cobrada no ano passado, mas que voltará a ser cobrada a partir do dia 15 de abril.

De acordo com nota divulgada ontem pelo governo federal, as cobranças haviam sido suspensas por uma ação liminar da Justiça Federal e por esse motivo a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) não irá cobrar multas ou juros. Os valores poderão ser divididos em até sete vezes.

Ao todo são 36.438 imóveis cadastrados no Sistema de Cadastro de Imóveis da União (Siapa). Todos esses imóveis se encontram em terrenos de marinha ou acrescidos de marinha, sendo que 17.758 em regime de ocupação e 18.680 em regime de aforamento.

Para os donos de imóveis que se encontram em regime de ocupação o valor a ser pago é de 6% referente ao valor do imóvel. Já para quem se encontra na situação de regime de aforamento, o valor é de 0,5%.

O vereador e presidente da Associação de Moradores da Praia do Canto, José Carlos Lyrio Ro-

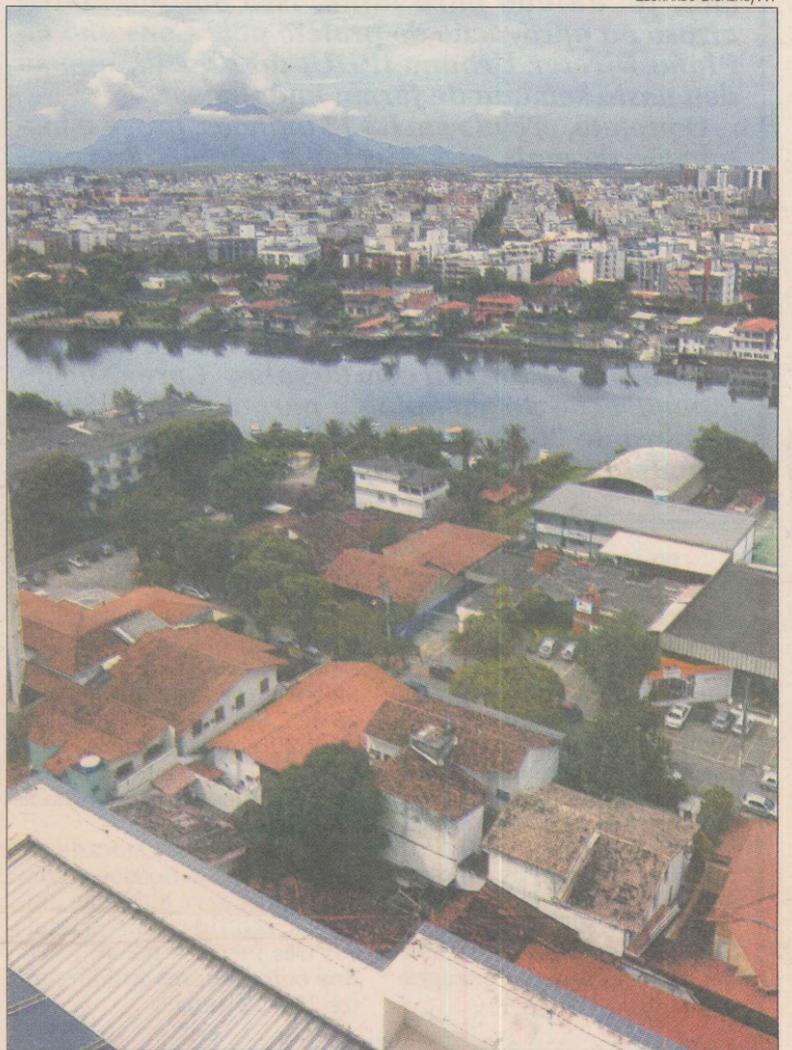
cha, disse que irá se reunir na próxima semana com o procurador chefe da República no Estado, Carlos Mazzoco, para discutir o assunto.

"Vamos fazer de tudo para que a taxa não volte. Nossa luta não vai esmorecer e vamos lutar pelos direitos dos moradores de Vitória", disse Rocha.

Vale lembrar que nem todos os moradores de Vitória estão sujeitos ao pagamento da taxa de marinha. Quando a pessoa é considerada carente e possui uma renda familiar igual ou inferior a três salários mínimos, fica livre de pagar a taxa.

No entanto, o ocupante ou fideiussor do imóvel que ainda não requereu a isenção da taxa, deverá procurar a Gerência Regional do Patrimônio da União.

Já a cobrança da taxa referente ao ano de 2006 ainda não tem data exata para começar a ser cobrada, mas ocorrerá ainda este ano.



LEONARDO BICALHO/AT

Imóveis em Vitória: taxas de 0,5% a 6% para moradores

A ÍNTEGRA DA NOTA DA SPU

A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) comunica a realização de cobranças de juros e taxas de ocupação em Vitória (ES), relativas ao exercício de 2005.

Além disso, informa que será permitido o pagamento dos valores devidos em até sete parcelas, com previsão do recebimento dos DARFs para 15 de abril.

As cobranças haviam sido suspensas por ação liminar da Justiça Federal e por esta razão a SPU não irá cobrar multas ou juros.

A União retomou o procedimento de efetuar cobrança por decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que cancelou a liminar judicial, no último dia 22 de fevereiro.

Para esclarecer o que está em discussão, a SPU informa que o interior das ilhas costeiras passou a pertencer na sua totalidade ao patrimônio da União com a Constituição de 1988, ressalvadas as áreas pertencentes aos Estados e a terceiros.

Até aquela data, o interior das ilhas costeiras no seu todo era do Estado e de particulares, pertencendo à União os terrenos de marinha e acrescidos, além dos prédios públicos federais.

A Emenda Constitucional nº 46/05 alterou o art. 20, IV, da Constituição Federal, retornando as ilhas costeiras que continham sede de município à situação anterior a 1988.

A alteração da EC 46/05: Constituição Federal - art. 20 - "São bens da União; IV as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e costeiras, excluídas, destas, as que contenham sede de Municípios, exceto aquelas afetadas ao serviço público e à unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II".

Porém, a Emenda Constitucional não alterou o art. 20, I (são bens da União os que atualmente lhe pertencem e os que vierem a ser atribuídos) e VII (são bens da União os terrenos de marinha e seus acrescidos), da Constituição Federal, restando como de sua propriedade, sem ressalvas, os terrenos de marinha e acrescidos.

Após o advento da nova Constituição, a Gerência Regional do Patrimônio da União - GRPU/ES iniciou o cadastramento de imóveis no interior da Ilha de Vitória, tendo cadastrado 518 imóveis até 2005.

Existem na Ilha de Vitória 96.176 imóveis

conforme informação da prefeitura.

Desse total, 36.438 imóveis estão cadastrados no Sistema de Cadastro de Imóveis da União (Siapa). Todos se encontram em terrenos de marinha ou acrescidos de marinha, sendo 17.758 em regime de ocupação e 18.680 em regime de aforamento.

Esses imóveis foram cadastrados, desde a década de 1950, a partir da demarcação de trechos de Linha Preamar Média, conforme a ordem jurídica vigente.

São, portanto, bens da União razão pela qual se cobra pela ocupação ou uso.

Conforme o Decreto nº 1.466, de 26 de abril de 1995, é isento do pagamento de juros e taxas de ocupação, referentes a imóveis de propriedade da União, a pessoa considerada carente, assim entendida aquela cuja renda familiar for igual ou inferior ao valor correspondente a três salários mínimos, acrescido da importância equivalente a um quinto do salário mínimo por dependente, que com ela comprovadamente resida, até o máximo de cinco dependentes.

Nesses casos o ocupante ou fideiussor deverá requerer sua isenção junto a Gerência Regional do Patrimônio da União.

Morador paga 2 vezes este ano

BRUNO ZORZAL - 20/12/2005



Alexandra Reschke: taxa

Em entrevista concedida ao jornal *A Tribuna*, a secretária de Patrimônio da União, Alexandra Reschke, disse que os moradores de Vitória devem começar a se programar para a volta da cobrança da taxa de marinha, que começa a partir do dia 15 de abril e admitiu que haverá sobreposição de taxas durante o ano: a de 2005 e a de 2006.

Ela reiterou a afirmação de que não haverá cobrança de multa nem de juros e que o valor referente ao ano passado pode ser dividido em até sete vezes.

Com relação ao possível conflito referente aos pagamentos de 2005 e 2006, ela não soube informar a partir de que mês isso irá acontecer.

"É importante as pessoas procurarem a Gerência Regional do Patrimônio da União no Estado para parcelarem a dí-

vida. Quem deixar a questão de lado pode ser cobrado judicialmente por isso", disse a secretária.

Quem discorda da volta da cobrança da taxa de marinha é o deputado federal Renato Casagrande, que prometeu se empenhar para tentar derrubar a taxa.

"É um equívoco a cobrança dessa taxa, basta ter um pouco de senso de interpretação. Existe uma lei que proíbe uma ilha costeira em sede de município a pagar essa taxa de marinha. Segunda-feira irei me reunir com o vereador e presidente da Associação de Moradores da Praia do canto, José Carlos Lyrio Rocha, para discutirmos o assunto e tomarmos as medidas cabíveis em relação à cobrança dessa taxa", disse Casagrande.

Mulheres vão receber CPF gratuito na Caixa

Na Semana da Mulher, de 6 a 13 de março, a Caixa emitirá gratuitamente o Cadastro de Pessoa Física (CPF) para as mulheres que procurarem os pontos de venda de todo o País. Atualmente, é cobrada uma tarifa de R\$ 4,50 para a emissão do documento.

A expectativa é que 300 mil mulheres tirem seu CPF, possibilitando o acesso delas as polí-

ticas públicas do Governo Federal no âmbito do Programa Fome Zero, como o Bolsa Família e o Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar (PRONAF), inclusão bancária, microcrédito, dentre outras.

Pelo terceiro ano consecutivo, a empresa realiza esta ação, que beneficiou cerca de 700 mil mulheres em 2004 e 2005.